

**AO JUÍZO DA VARA CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO  
JUDICIÁRIA DO xxxxxxxxxxxxxxxx**

**Autos nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

**Fulanon de tal** , já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, perante Vossa Excelência, sob o patrocínio da Defensoria Pública do Distrito Federal, apresentar suas

**ALEGAÇÕES FINAIS**

o que faz nos termos a seguir.

**I. DA SÍNTESE DOS FATOS**

O acusado foi denunciado pelo Ministério Público em razão da suposta prática do crime previsto no artigo 157, do Código Penal.

A denúncia foi oferecida no dia 29 de janeiro de 2020 (ID xxxxxxxx) e recebida no mesmo dia, conforme ID xxxxxx.

O réu não foi encontrado para citação, motivo pelo qual o ato foi efetivado na forma editalícia, ID xxxxxxx. Em razão do não comparecimento em juízo, o feito foi suspenso com fulcro no art. 366, do CPP (ID xxxxxxxxxxxxxxx).

A produção antecipada de prova foi autorizada e realizada audiência no dia 27 de janeiro de 2022 e 02 de março de 2023 (Ids 113864759 e 151035663), momento no qual prestaram

depoimento a vítima e as testemunhas Felipe e Victor.

Ato contínuo, mesmo com os autos suspensos, o ministério público apresentou alegações finais no ID xxxxxxxx, **requerendo a absolvição do réu ante a ausência de lastro probatório.**

Na sequência, os autos vieram à Defensoria Pública para apresentação de alegações finais.

Em síntese, eis o relatório.

## **II. PRELIMINARMENTE**

Não obstante o processo estar suspenso pelo rito do art. 366, do CPP, o órgão acusatório apresentou alegações finais, requerendo, ao final, **a absolvição do réu por ausência de lastro probatório.**

*In casu*, considerando que houve **pedido expresso de absolvição** e que já esgotado o conteúdo probatório, a Defensoria Pública não vislumbra, de pronto, prejuízo ao réu (já que o fato não diz respeito a eventual incidência na esfera administrativa ou cível, por exemplo).

O contraditório e a ampla defesa foram garantidos e o exercício da autodefesa, conquanto relativamente mitigado, no plano real, devido o desconhecimento do paradeiro do réu, não se mostra factível de materialização.

Outrossim, repito, **há pedido expresso de absolvição.**

Ressalte-se, ademais, que o único cenário possível de superação da suspensão do processo é o caminho absolutório. Caso não seja esse, diante de qualquer produção de norma individual

condenatória, inegável a nulidade.

Por tais razões, pela possibilidade de prosseguimento do feito.

### III. DO DIREITO

***III.1 DA ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DO ACERVO PROBATÓRIO. Ausência de lastro probatório mínimo para condenação. Pedido de absolvição pela titular da ação penal. Respeito ao sistema acusatório. Não recepção do art. 385, do Código de Processo Penal.***

Consoante se depreende dos autos, seguindo o que ocorreu com os outros dois réus, **não há arranjo probatório suficiente para a condenação do réu Luiz Carlos.**

A testemunha fulano de tal policial civil responsável pelas investigações, afirmou em Juízo que o plantão da 6a DP entrou em contato informando que, em investigação vinculada a outra ocorrência policial, foram encontrados juntos aos pertences do denunciado parte dos objetos subtraídos da vítima. Acrescentou que não conversou diretamente com o denunciado e que, sobre a vítima, esta lhe descreveu as características do autor e, apenas, reconheceu o seu crachá. **Por fim, destacou que não foi realizado o reconhecimento do autor pela vítima.**

A testemunha fulano de tal, delegado de polícia presidente do inquérito policial, afirmou em audiência que durante o cumprimento ao mandado de prisão do denunciado em outro Inquérito, um dos agentes localizou na casa dele um crachá da vítima. Esta, ao ser ouvida, reconheceu apenas o seu crachá, limitando-se, quanto a autoria, a fornecer as características do autor, as quais eram compatíveis com as do denunciado, que

foi, então, indiciado. **Acrescentou que a vítima lhe afirmou não ter capacidade de reconhecer o autor porque o fato ocorreu durante a noite.** Ademais, pontuou que o denunciado é conhecido no meio policial como autor em muitos IPs da 6a DP, aplicando modus

operandi similar aos dos fatos apurados nestes autos em outro Inquérito Policial. Por fim, acrescentou que o autor é usuário de crack e que não chegou a ser interrogado.

A vítima fulano de tal, destacou em Juízo que falava ao telefone no momento do fato, tendo o autor a ameaçado com uma faca de tamanho médio, falado para ficar quieta, tomado, seus pertences e evadido-se correndo. **Afirmou que a luz de onde estava era fraca, o que dificulta o reconhecimento do autor, recordando-se, apenas, que no momento do assalto ele usava um capuz, possuía cavanhaque e cor parda, não tendo visualizado, maiores detalhes de seu rosto.** Acrescentou que não escutou direito o que o autor disse por ser surda e que seu crachá foi restituído. Findou por dizer não ser capaz de reconhecer o auto

Assim, **não há nos autos provas de autoria delitiva suficiente para a condenação do réu nos moldes pretendidos.**

O policial e o delegado que prestaram depoimento no processo não trouxeram qualquer elemento suficiente para aferição de culpabilidade. A vítima, igualmente, fez menção apenas ao nome de outro denunciado.

Dessarte, certo que, ao se considerar o arranjo probatório, como determina o art. 155, do CPP, se afigura frágil e não há elementos aptos a cristalizar juízo de culpabilidade além da dúvida razoável, mesmo que o depoimento de testemunha policial tenha presunção de veracidade, não é suficiente para a

condenação em juízo, ensejando o apelo ao princípio do “in dubio pro réu”. Nessas circunstâncias, a jurisprudência do TJ/DFT mantém o seguinte entendimento:

APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO. ALEGADA INEXISTÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS. PRESENÇA DE DIGITAIS DO ACUSADO NO CARRO FURTADO. AUSÊNCIA DE DEMAIS PROVAS QUE APONTEM PARA O APELANTE COMO AUTOR DO CRIME. TESE



ACATADA. SENTENÇA MODIFICADA.  
DADO

PROVIMENTO AO APELO. I. Hipótese em que o réu recorre sentença que o condenou pela prática do ilícito previsto no art. 155, § 1º do C.P. II. A presença de fragmentos de impressões digitais no veículo furtado, apesar de extremamente relevante, não pode ser considerada de forma isolada e absoluta como prova suficiente para a prolação de uma sentença penal condenatória, devendo ser cotejada com as demais provas e circunstâncias do caso concreto, mormente considerando que as digitais do réu foram encontradas especificamente em apenas um ponto isolado do carro. **III. As provas produzidas nos autos, o depoimento da vítima e oitiva dos agentes de polícia em juízo, não rumam no sentido de apontar o réu como o autor do delito.** IV. A única prova que o vincula ao fato narrado na inicial advém da perícia papiloscópica, que indica a presença da sua digital apenas no retrovisor interno carro. **Assim, o acervo probatório se afigura frágil, isolado e insuficiente para amparar a condenação.** V. Apelação conhecida. DADO PROVIMENTO. (Acórdão 1438831, 07067811520208070005, Relator: GILBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA, 1ª Turma Criminal, data de julgamento: 21/7/2022, publicado no PJe: 9/8/2022. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Com amparo nesses fundamentos do delito constitucional pátrio, erigidos à categoria de verdadeiros dogmas entre as regras do sistema de persecução criminal brasileiro, é possível afirmar que o princípio constitucional da presunção de inocência atribui à acusação o ônus de descobrir hipóteses e provas, devendo o juiz aceitar a tese acusatória somente quando suficientemente provada (*nulla acusatio sine probatione*).No

presente processo, as provas que vieram aos autos são incapazes de afirmar, com a segurança que demanda o processo penal, a integral veracidade das imputações formuladas na apelação.

Outrossim, **merece destaque que o próprio titular da ação penal requereu, ao final, a absolvição do réu.**

Nesse diapasão, não obstante a existência de fragmentos inquisitórios na ordem processual penal, não a constitucional, mas a que se opera hodiernamente, **uma vez pleiteada a absolvição pelo titular da pretensão acusatória, não se possibilita ao julgador a produção de norma individual diferente do que a contida no pedido ministerial.**

Isso se traduz, como notadamente delineado por Aury Lopes<sup>1</sup>, ao dispor que “ *O Ministério Público é o titular da pretensão acusatória, e, **sem o seu pleno exercício, não se abre a possibilidade de o estado exercer o poder de punir, visto que se trata de um poder condicionado.** O poder punitivo estatal está condicionado à invocação feita pelo MP mediante o exercício da pretensão acusatória. **Logo, o pedido de absolvição equivale ao não exercício da pretensão acusatória, isto é, o acusador está abrindo mão de proceder contra alguém.**”*

No mesmo sentido, para Prado<sup>2</sup> “ *há violação da garantia ao contraditório, pois esse direito fundamental é imperativo para validade da sentença. Como o juiz não pode fundamentar sua decisão condenatória em provas ou argumentos que não tenham sido objeto do contraditório, é nula a sentença condenatória proferida quando a acusação opina pela absolvição. O fundamento da nulidade é a violação do contraditório (art. 5º, LV, CF)*”.

Portanto, não pode o juiz condenar, pois se assim agir, estará exercendo o poder punitivo sem a necessária invocação, em clara influência de modelos processuais à margem da constituição. Sustentando tal posicionamento que no bojo do Resp 1.612.551/RJ, o E. Subprocurador Geral da República, Nívio de

Freitas Silva Filho, exarou manifestação sob o seguinte prisma: “ [...] *quando o Ministério Público delibera pela absolvição, (...) a consequência deve ser o trancamento da ação penal, pois o órgão ministerial não pretende mais exercitar o ius perseguendi e o ius puniendi. **Por razões lógicas, resta ao Poder Judiciário encerrar a ação penal, em observância aos princípios da***

---

<sup>1</sup> JUNIOR, Aury Lopes. Direito Processual Penal. 14<sup>a</sup> Ed. 2017, p. 910.

<sup>2</sup> PRADO, Geraldo. Sistema Causatório. 4<sup>a</sup> Ed, 2006, p.116-117

**imparcialidade e da demanda ou inércia judicial**. Firmadas as premissas, **impõe-se a conclusão de que o art. 385 do Código de Processo Penal não foi recepcionado pela Constituição de 1988**. Com efeito, tal enunciado só faz sentido em um sistema inquisitório, ou tendencialmente inquisitório, e não em um sistema acusatório, que deve primar pela imparcialidade dos julgamentos, como garantia fundamental dos acusados, essencial à realização do devido processo legal (art. 5º, LIV, da Constituição)”

Ainda no v. acórdão, retira-se que **“estando o poder punitivo condicionado à invocação feita pelo Ministério Público através do exercício da pretensão acusatória, não pode o juiz condenar, sob pena de habilitar o exercício do poder punitivo sem a necessária invocação feita por aquele que é responsável por acusar”** [entendimento extraído do voto no REsp nº 1.612.551/RJ (STJ – Relatoria Exmo. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA- QUINTA TURMA)].

Com efeito, tem-se que a norma estampada no art. 385, do Código de Processo Penal<sup>3</sup> não foi recepcionada pela ordem constitucional inaugurada em 1988 e pelas garantias constitucionais que dela decorre (contraditório e ampla defesa e sistema acusatório), ante sua indubitável divergência.

Com essas considerações, a defesa técnica do acusado, exercida pela Defensoria Pública do xxxxxx, pugna pela absolvição de **fulano de tal**, nos termos do inciso VII do artigo 386 do Código de Processo Penal.

#### **IV. DOS PEDIDOS**

Por todo o exposto, a defesa requer:

---

<sup>3</sup> Art. 385. Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição, bem como reconhecer agravantes, embora nenhuma tenha sido alegada.

A absolvição do acusado, nos termos do inciso VII do artigo 386 do Código de Processo Penal.

Fulano de tal

**Defensor Público do xxxxxxxxxxxx**

---